



Reforma Administrativa, defesa do auxílio emergencial e luta contra as privatizações são temas de Plenária Nacional no dia 5/12



Durante a pandemia, o governo e a maioria do Congresso seguem com sua agenda de destruição dos serviços públicos e cortes nos auxílios àqueles que estão necessitados. Paulo Guedes e sua equipe pretendem privatizar os Correios, a Eletrobrás, o SUS e outras empresas estatais e serviços públicos.

No Congresso, já tramita a Proposta de Emenda Constitucional nº32, conhecida como Reforma Administrativa, que acaba com os concursos públicos e visa transformar os cargos em cabides de emprego. Por último, o auxílio emergencial de R\$ 600,00 está perto do fim no momento em que estados como São Paulo acabam de regredir à faixa amarela de risco em relação ao COVID-19.

Para barrar esses ataques, os servidores públicos e os trabalhadores das estatais estão convocando um ato nacional em Brasília para o dia 10/12. A organização desse ato será discutida na 3ª Plenária Nacional dos Servidores Públicos e Trabalhadores das Estatais, que ocorrerá no dia 05/12 às 14 horas. Venha conosco organizar essa luta!

Para participar, é necessário inscrever-se através do link disponível no endereço abaixo. Será enviado um e-mail de confirmação da inscrição.

Via: www.instagram.com/fonasefe1
 (link para inscrição na Bio)

Pazuello afirma que há “uma, duas ou três” vacinas ideais para o Brasil

O Brasil ainda não tem um plano nacional de imunização finalizado. Na terça-feira (1), o secretário de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, Arnaldo Medeiros, afirmou que o planejamento só será finalizado após registro da vacina na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Um dia depois, nesta quarta, a Anvisa divulgou que vai aceitar pedidos de uso emergencial, sem necessidade de “registro sanitário”.

Apenas laboratórios com vacinas já em testes no Brasil poderão se beneficiar da flexibilização no controle. As empresas que tiverem os imunizantes aprovados não poderão vender as substâncias no mercado privado. Toda a distribuição deve ocorrer pelo Sistema Único de Saúde. Além disso, haverá avaliação de qualidade, boas práticas de fabricação e estratégias de monitoramento e controle. Apesar de não ter um plano final de vacinação – com estratégias sobre datas, distribuição e outros aspectos – o governo divulgou um planejamento inicial. Ele determina que a imunização comece por profissionais da saúde, idosos e indígenas. Nessa primeira fase, estima-se que 13 milhões de brasileiros receberão as doses.

[Leia matéria completa em www.brasildefato.com](http://www.brasildefato.com)

Agende-se, é neste sábado!